



ENCONTROS, CONVENÇÕES E TRATADOS: O ESPAÇO URBANO E A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA AMBIENTAL

*Eveline Maria Damasceno do Nascimento*¹

*Karla Patrícia Palmeira Frota*²

*Iraíldes Caldas Torres*³ ***

RESUMO

Esta análise, centrada na temática intitulada “Encontros, Convenções e Tratados: o espaço urbano e a participação da mulher na política ambiental”, contribuirá para as discussões acerca da importância de uma gestão compartilhada com ênfase na coresponsabilidade na gestão do espaço público e na qualidade de vida. O modelo de desenvolvimento que caracteriza a nossa civilização nos dois últimos séculos conduz à situação de degradação ambiental atual nas nossas cidades. Este estudo discute os principais Encontros, Convenções e Tratados que ocorreram no mundo, vinculados às questões e às consequências da não preservação do espaço natural. O processo de reprodução do espaço urbano nos coloca diante de transformações profundas, porque cada sujeito situa-se num espaço e isso determina a construção coletiva da cidade, o que reforça a necessidade de identificar os papéis e as responsabilidades dos diversos atores face aos temas ambientais e à necessidade de construir consensos em torno deles. Para consolidar esta discussão, entendemos que o estudo, embora marcadamente ambiental, não é uma visão ecológico-naturalista. Busca-se, a partir de uma reflexão lúcida da relação do espaço urbano, compreender o processo de produção do urbano e sua relação com o ambiente natural, onde o ser humano se insere como um ser que produz culturas. O trabalho assume a perspectiva da pesquisa bibliográfica cujo cotejamento de dados priorizou alguns autores, tais como: Henri Lefebvre (1968), Fritjof Capra (1996), Alice Marcondes (2012), entre outros. Nas situações aqui consideradas, percebemos que nos últimos anos a discussão sobre a relação da mulher com a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento de políticas se intensificou.

Palavras-chave: Meio Ambiente. Degradação. Cidade. Desenvolvimento Sustentável. Mulheres.

INTRODUÇÃO

¹ Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela UFAM. Bolsista FAPEAM. (ev_am@hotmail.com).

² Doutoranda em Sociedade e Cultura na Amazônia, pela UFAM. (karla.ingles@bol.com.br).

³ Dra. em Ciências Sociais / PUC-SP e Orientadora. (iraildes.caldas@gmail.com).

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



A ação predatória do homem sobre a terra é tão antiga quanto a sua existência. Através da história, desde a mais primitiva sociedade, podemos observar atividades causadoras de degradação ambiental. Isto porque para produzir bens de consumo, energia, alimentação, cidades, etc. o homem recorreu à natureza, transformando seus recursos naturais nessas utilidades. Esses fatos, evidentemente, produziram consequências na vida prática, dando surgimento a conflitos de interesse até então inexistentes.

No que se refere a questão de gênero, até por sua forma de participação e atividade dentro da sociedade, a mulher não pode ficar à margem da causa ambiental. Ela está diretamente relacionada ao meio ambiente e conseqüentemente ao desenvolvimento sustentável. A mulher possui um papel decisivo para reduzir os padrões insustentáveis de consumo e produção e também para estimular investimentos em atividades produtivas ambientalmente saudáveis e sustentáveis.

Os Encontros, as Convenções e os Tratados

As Nações Unidas reuniram-se para debater questões globais com vistas à busca de soluções para os problemas de ordem ambiental que afligem o planeta: a primeira vez em Estocolmo, em 1972, e a segunda, no Rio de Janeiro, em 1992. De acordo com Feldman (2005) da Arquidiocese Grega de Buenos Aires e América do Sul:

A conferência de Estocolmo realizada em junho de 1972 chamou a atenção das nações para o fato de que a ação humana estava causando séria degradação da natureza e criando severos riscos para o bem estar e para a própria sobrevivência da humanidade. Foi marcada por uma visão antropocêntrica de mundo, em que o homem era tido como o centro de toda a atividade realizada no planeta, desconsiderando o fato de a espécie humana ser parte da grande cadeia ecológica que rege a vida na Terra.

A Conferência foi marcada pelo confronto entre as perspectivas dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento. Os países desenvolvidos estavam preocupados com os efeitos da devastação ambiental sobre a Terra, propondo um programa internacional voltado para a conservação dos recursos naturais e

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



O gênero feminino sempre foi muito atuante. Na Amazônia, as ribeirinhas, pescadoras, extrativistas, indígenas, artesãs, parteiras e integrantes de movimentos sociais começam a desenhar, junto com o Governo do Amazonas, propostas de políticas públicas para dinamizar a economia do interior do Estado e fortalecer os mecanismos de proteção da floresta.

Nos encontros, têm sido elaborados documentos com propostas de políticas públicas nas áreas de saúde, inclusão social, educação e, principalmente, projetos que fortaleçam a proteção à floresta .

De qualquer forma, sabemos que existe um descompasso entre as políticas direcionadas à região e as demandas da população local. Muitos dos projetos implementados não priorizam as reais necessidades das populações nativas, com formações socioculturais diversificadas, que vivem muitas vezes imersas num quadro de pobreza e exclusão social.

Os estudos e debates sobre os direitos da mulher foram importantes no sentido de colocar a mulher no lugar onde sempre deveria estar, que é lutando pela sobrevivência lado a lado com o homem. As mulheres vêm se destacando com atuações em prol das florestas, do desenvolvimento sustentável, da cultura etc.

Como afirma Simonian (2001), na história recente das mulheres da Amazônia se tem revelado a importância feminina nos processos produtivos predominantemente da realidade rural, mas que isto se constata desde períodos anteriores. Contudo, em uma esfera mais ampla das tomadas de decisões “são poucos os recursos que lhes permitem aumentar, sistematizar e ampliar sua intervenção social e na economia, o que poderia garantir condições para que isso se faça presente de modo independente, mas eficiente e promissor”.

Torres (2005), quando fala sobre a mulher amazônica, nos diz que ao contrário do que se pensa, a mulher amazônica não é um ser despolitizado ou silenciado. As mulheres são sábias e isso é um aspecto preponderante de suas raízes. Enquanto Barbosa (2012), afirma que o papel da mulher não tem sido somente o de administrar a educação e a formação de crianças, jovens e adultos; o papel da mulher é também sustentar a economia, liderar na educação, na pesquisa, na tecnologia, na inovação e no desenvolvimento socioeconômico da Região.

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



Segundo ele a sustentabilidade é um processo que reúne um conjunto de atividades produtivas racionalmente desenvolvidas; privilegia os seres humanos e a natureza, para depois considerar os lucros e o aumento das riquezas.

Furtado e Teixeira (2009), evidenciam que, a mulher vivencia mais fortemente a necessidade de definir sua cidadania, procurando o cenário propício para desenvolver sua individualidade. Ao mesmo tempo, luta para proteger aquilo que considera o núcleo fundamental de sua existência: o ar, a água e o solo, aos quais vincula sua vida, seu trabalho, seus sonhos. Essa responsabilidade, somada às dificuldades que afetam a todos, faz com que a mulher seja a primeira a protestar e a agir contra condições de agravamento da degradação ambiental.

Por suas inumeráveis formas de participação e atividade dentro da sociedade, com forte influência nas decisões das políticas de desenvolvimento, quer direta ou indiretamente, ela está diretamente relacionada ao meio ambiente e conseqüentemente ao desenvolvimento sustentável.

Outro importante evento a ser considerado é a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (CNUDS), conhecida também como Rio+20, foi uma conferência realizada entre os dias 13 e 22 de junho de 2012 na cidade brasileira do Rio de Janeiro, cujo objetivo era discutir sobre a renovação do compromisso político com o desenvolvimento sustentável.

Conforme Marcondes (2012), a ex-primeira-ministra da Noruega, Gro Brundtland, que foi a primeira mulher a governar seu país, também estava presente na coletiva, ela disse acreditar que o mundo já deu passos rumo à igualdade de gêneros, porém, o caminho ainda é longo: “Na Rio 92 a percepção quanto ao papel da mulher existia, mas era insuficiente. Isso evoluiu, mas ainda é um tema negligenciado em muitos países. Agora é hora de acordar e concordar que o investimento nas mulheres é um grande catalisador para o desenvolvimento sustentável”.

A ministra Menicucci (2012) em seu artigo sobre sustentabilidade e igualdade de gênero ressalta o seguinte:

Pensar o desenvolvimento sustentável com a inclusão das mulheres significa reconhecer o trabalho doméstico como trabalho decente, à



semelhança de qualquer outro trabalho. Implica reconhecer a ação de cuidado e o autoconsumo, ainda concentrados nas mulheres, como elementos de sustentação da vida cotidiana que devem ser compartilhados pelos homens e por toda a sociedade.

Para Menicucci (2012) a questão central para um novo modelo se firmar via Rio+20 é o reconhecimento e a incorporação da contribuição das mulheres à economia e ao desenvolvimento de múltiplas estratégias para enfrentar a pobreza e preservar os diferentes conhecimentos; da sua contribuição com práticas fundamentais para a sobrevivência e a sustentação da vida.

Convém observar, no entanto, como registra Capra, em seu livro *A Teia da Vida* (1996), que “quanto mais estudamos os principais problemas de nossa época, mais somos levados a perceber que eles não podem ser entendidos isoladamente e que há soluções para os principais problemas de nosso tempo, algumas delas até mesmo simples” (CAPRA, 1996, p. 23).

Este autor afirma que o reconhecimento de que é necessária uma profunda mudança de percepção e de pensamento para garantir a nossa sobrevivência ainda não atingiu a maioria dos líderes das nossas corporações, nem os administradores e os professores das nossas grandes universidades.

A realidade tem demonstrado que, ao menos até o presente momento, os benefícios alcançados não têm sido suficientemente compartilhados com as populações locais e a participação mais efetiva da mulher na geração de conhecimentos e na adoção de decisões e na gestão em todos os níveis é fundamental. Enquanto a contribuição da mulher não receber reconhecimento e apoio, o desenvolvimento sustentável seguirá sendo um objetivo difícil de ser alcançado.

Entendemos que os encontros e acordos internacionais voltados para tratar sobre desenvolvimento sustentável, sem dúvida são fundamentais para levar à luz uma temática tão emergente. Por conseguinte, ajuda a sensibilizar todos os setores da sociedade e contribui para os mesmos exigirem uma postura mais ética, tanto socialmente, quanto com o meio ambiente.

O conceito de desenvolvimento sustentável comporta uma ruptura de paradigma como as representações dominantes sobre desenvolvimento. De acordo

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



com Castro (1997), traduz, mais precisamente, a necessidade de ultrapassar a dicotomia instaurada entre natureza e sociedade como meio de reconciliar preservação do meio ambiente e desenvolvimento econômico e social. Porém, confrontar, em escala planetária, a problemática sobre o meio ambiente com a questão do desenvolvimento não é um empreendimento de fácil alcance quando se sabe que nenhum modelo, até o presente, foi suscetível de satisfazer a essas exigências (CASTRO, 1997, p. 10).

Qualquer proposta de desenvolvimento deverá levar em consideração a qualidade ambiental, estimulando os investimentos nas áreas mais adequadas, inibindo o programa de alto risco econômico, social e ambiental.

Conforme Giansanti (1998), as ideias precursoras do desenvolvimento sustentável (ou sustentado) são creditadas a um engenheiro florestal norte-americano Giffort Pinchot. Era o primeiro chefe do serviço de florestas do país, no século XIX, ele defendia a conservação dos recursos apoiada em três princípios básicos: “o uso dos recursos naturais pela geração presente, a prevenção do desperdício e o desenvolvimento dos recursos naturais para muitos e não para poucos cidadãos” (GIANSANTI, 1998, p. 9).

Entre esses dois períodos, ocorreu uma gradativa tomada de consciência da situação crítica de degradação ambiental, tendo crescido a sensibilidade ecológica em todo o planeta, havendo, pois, um aumento da percepção e preocupação das pessoas em relação à questão ambiental.

O desenvolvimento sustentável surgiu no final da década de 80, como um paradigma para dar direção às nações, em favor da melhoria da qualidade de vida da população, sem prejudicar as gerações futuras. Isto significa que a dimensão econômica e social do desenvolvimento implica na objetivação ecológica da conservação dos recursos hídricos, na conservação da biodiversidade e preservação das florestas (VIANA, 2004).

Nos anos recentes houve grande aumento de interesse no mundo inteiro sobre as relações entre o meio ambiente e o desenvolvimento. Proteger novas áreas é importante, significa que uma porção maior do nosso território está mais protegida do que antes. Entretanto, não é suficiente. É necessário fazer com que as áreas



protegidas saiam do papel e sejam bem administradas pelo poder público, para não serem saqueadas à luz do dia. Isso requer recursos expressivos.

Conservar as áreas protegidas é uma tarefa urgente. Elas compõem o imaginário da natureza primitiva, com suas espécies singulares e seus povos indígenas e populações tradicionais com características únicas e pouco afetados pela sociedade de consumo. Representa, também, nossa esperança de sustentabilidade para salvar o planeta combalido pelo uso não sustentável dos recursos.

Qualquer proposta de desenvolvimento deverá levar em consideração a qualidade ambiental, estimulando os investimentos nas áreas mais adequadas e inibindo o programa de alto risco econômico, social e ambiental. Assim, inúmeros e graves são os problemas que afligem tanto as populações urbanas como os povos tradicionais. O modelo de desenvolvimento possível de ser implementado na região deverá ter como fio condutor a questão étnica.

Sachs (2004, p. 14) enfatiza que o crescimento mesmo que acelerado, não é sinônimo de desenvolvimento se ele não reduz a pobreza e se não atenua as desigualdades sociais. É preciso que se evite a armadilha da competitividade espúria e, em última instância, autodestrutiva, com base na depreciação da força de trabalho e dos recursos naturais.

E este é o desafio do nosso tempo: criar comunidades sustentáveis que possibilitem a emergência de experimentos de modelos de desenvolvimento econômico mais integrados às realidades regionais e compromissados com a preservação ambiental. Busca-se garantir ambientes sociais e culturais onde todos possam satisfazer as necessidades e aspirações sem diminuir e/ou comprometer o usufruto destes bens pelas gerações futuras.

A implantação de políticas públicas constitui uma demanda imperiosa para evitar o desperdício dos recursos públicos e estimular os processos de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente. As cidades são influenciadas por uma dinâmica social e contraditória presente no movimento histórico do real. É preciso criar componentes que articulem processos de longo alcance, determinando mudanças nos processos sociais e ecológicos.

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: Perspectivas Feministas de Gênero:
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



As medidas de minimização de impactos ambientais têm que ser pensadas numa escala de ação social bem mais ampla, que possa abarcar de forma integrada, a cidade e seu espaço circundante e imediato e, até mesmo, espaços mais distantes. O principal desafio que se coloca nos dias atuais consiste na expectativa que a cidade crie as condições para assegurar qualidade de vida que possa ser considerada aceitável, não interferindo negativamente, buscando evitar a continuidade do nível de degradação, notadamente nas regiões habitadas pelas classes subalternizadas.

Conclusão

O desenvolvimento sustentável surgiu como um novo paradigma para nortear as políticas de longo prazo de comunidades, municípios, estados, países e do planeta como um todo. Significa melhorar a qualidade de vida dos que vivem hoje, sem prejudicar as próximas gerações que nos sucederão.

Significa considerar não apenas as dimensões econômicas e sociais do desenvolvimento. Implica na incorporação de objetivos ecológicos como a conservação dos recursos hídricos, a atenuação das mudanças do clima, a conservação das florestas e da biodiversidade.

Afinal, deve-se compreender que cada ato nosso, por mais simples que seja, passa a ser vivenciado com uma forte consciência de que ele está afetando a existência de todos em seus planos mais sutis. Lefebvre (1968, p.108) nos lembra que:

A reivindicação da natureza, o desejo de aproveitar dela são desvios do direito à cidade. Esta última reivindicação se anuncia indiretamente, como tendência de fugir à cidade deteriorada e não renovada, a vida urbana alienada antes de existir realmente. A necessidade e o direito à cidade sem conseguir iludi-lo. (Isto não significava que não se deva preservar amplos espaços 'naturais' diante das proliferações da cidade que explodiu). O direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como direito à vida urbana. Transformada, renovada.

O autor traz uma rica discussão sobre a necessidade do direito à cidade deixando claro que a vida urbana compreende mediações originais entre a cidade, o



campo e a natureza. Essas mediações devem ser compreendidas pelos seus simbolismos e pelas representações ideológicas e imaginárias da natureza e do campo construídas pelos cidadãos.

Felizmente, as experiências e contribuições da mulher a um meio ambiente ecologicamente racional devem ocupar um lugar prioritário no século XXI. De fato, nos últimos anos, vem ocorrendo uma intensa discussão sobre a relação da mulher com a conservação do meio ambiente e o desenvolvimento de políticas. Essa discussão parte da preocupação de como a mulher está inserida no processo de desenvolvimento, seu papel e suas funções.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Eduardo Brandão. **As Mulheres e o processo de Sustentabilidade da Amazônia Ocidental.** [S.I.], 2012. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/informe-se/artigos/as-mulheres-e-o-processo-de-sustentabilidade-da-amazonia-ocidental/63295/>>. Acesso em: 14 out. 2012.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Cultrix, 1996.

CASTRO, Edna; PINTON, Florence. **Faces do Trópico Úmido: conceito e questões sobre desenvolvimento e meio Ambiente.** Belém: Cejup: UFPA-NAEA, 1997.

FELDMAN, Fábio. **Principais Conferências Internacionais sobre o Meio Ambiente e Documentos Resultantes.** (2005). Arquidiocese Grega de Buenos Aires e América do Sul. Ecclesia. Disponível em: <http://www.eclesia.com.br/biblioteca/fe_e_meio_ambiente/principais_conferencias_internacionais_sobre_o_meio_ambiente_e_documentos_resultantes.html#2> Acesso em: 14 out. 2012.

18° REDOR

24 a 27 de Novembro
2014

Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife - PE
Tema: **Perspectivas Feministas de Gênero:**
Desafios no Campo da Militância e das Práticas



FURTADO, Eliana Rocha; TEIXEIRA Laiena Ribeiro. Na batalha pela justiça Social. **Jornal Grito Mulher**. Belo Horizonte: Associação da Pastoral da Mulher, n. 106, 2009.

GIASANTIN, Roberto. **O desafio do desenvolvimento sustentável**. FURLAN, Sueli Ângelo; SCARLATO, Francisco (Coord.). São Paulo: Atual, 1998. (Meio ambiente).

LEFEBVRE, HENRI. **O Direito à Cidade**. Paris: Editora Anthropos, 1968.

MARCONDES, Alice. **O espaço das mulheres na sustentabilidade**. [S.l.]. Disponível em: <<http://envolverde.com.br/economia/o-espaco-das-mulheres-na-sustentabilidade/>> Acesso em: 14 out. 2012.

MENICUCCI, Eleonora. **Sustentabilidade e Igualdade de Gênero**. Núcleo de Estudos Afro asiáticos. Correio Braziliense, [2012]. Disponível em: <<http://www.uel.br/neaa/coluna/eleonora-menicucci/sustentabilidade-com-mulheres/>> Acesso em: 14 out. 2012.

OLIVEIRA, J. A.; GUIDOTTI, H. **A Igreja Arma sua Tenda na Amazônia**. Manaus: EDUA, 2000.

SIMONIAN, L. T. L. **Mulheres, Gênero e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: resistências, contradições e avanços**. In: _____. **Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura**. Belém: UFPA/NAEA, 2001.

TORRES, Iraildes Caldas. **As novas Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2005.

_____. Estudos Feministas. A Visibilidade do Trabalho das Mulheres Ticunas da Amazônia. In: **Estudos Feministas**, 2007, 15(2): 469-475.

